

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

A “alimentação racional”: uma proposta de mudança nas práticas alimentares durante o Estado Novo (1937-1945)

Jaime Rodrigues¹

Entre meados dos anos 1930 e a metade da década de 1940, as questões alimentares no Brasil tornaram-se objeto do interesse de pesquisadores da ciência da Nutrição, que produziram uma quantidade alentada de estudos sobre o assunto. O período foi apontado por Eronides Lima como o dos estudos pioneiros nesse campo do conhecimento, bem como da institucionalização acadêmica da Nutrição². Muitos intelectuais, alguns dos quais nomeados ao longo deste artigo, trabalharam em órgãos governamentais e, particularmente durante o Estado Novo, articularam seus interesses de pesquisa com as políticas estatais de integração nacional que marcaram a história política do Brasil nesse período.

Exemplo claro disso pode ser visto na intervenção de Geraldo Horácio de Paula Souza, diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública (São Paulo), durante a XI Conferência Sanitária Panamericana, ocorrida no Rio de Janeiro entre 7 e 19 de setembro de 1942. Na ocasião, Souza destacou as políticas governamentais voltadas à alimentação, concentradas em órgãos como a Seção de Nutrição da Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde, o Instituto Oswaldo Cruz, o Ministério da Agricultura e o Ministério do Trabalho – no caso deste último, ressaltando a experiência dos restaurantes populares³. Mais explícitas e engajadas eram as afirmações de Cleto Veloso, em obra publicada no início da década de 1940:

“(...) o governo Getúlio Vargas acaba de sancionar a lei do salário mínimo para as classes laboriosas de todo o país, já em vigor, e cria igualmente o Serviço Central de Alimentação, com um vasto programa educativo e prático de assistência alimentar – fatos estes sem precedentes nos anais da nossa história político-administrativa. Tudo nos leva a crer que, daqui por diante, o problema da alimentação racional do brasileiro, amparado não só pelo governo mas também pelo particular (...) se transforme em esplêndida realidade, a exemplo do que já fizeram nesse sentido a América do Norte, a Inglaterra, a Alemanha, Rússia, França, Japão, Itália e ultimamente a Argentina – países onde há hoje uma verdadeira assistência alimentar”⁴.

A gestação e o desenvolvimento da idéia de “alimentação racional” é um exemplo importante desse tipo de interesse acadêmico articulado às políticas estatais. A expressão ganhou força a partir de 1938, tomando como marcos duas iniciativas editoriais. A primeira

foi *Viver!:* mensário de força, saúde e beleza, revista de divulgação de conhecimentos higiênicos, educacionais e eugênicos vendida em bancas entre 1938 e 1946, na qual era publicada, desde os primeiros números, uma coluna intitulada “alimentação racional”, com dicas para o melhor aproveitamento dos ingredientes e utensílios de cozinha e para a otimização do tempo no preparo da comida. A segunda iniciativa em que termo apareceu de forma pioneira foi na obra *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*, de Thalino Botelho, na qual a adoção da “alimentação racional” integrava uma lista de sugestões para resolver os problemas alimentares no Brasil⁵.

A propaganda pelo rádio parecia animar os defensores da alimentação racional que lidavam na dimensão educativa. Paula Souza, por exemplo, em pelo menos uma oportunidade, foi aos microfones de uma emissora palestrar sobre a necessidade dos brasileiros consumirem mais laranjas. Na ocasião, ele concordou com a opinião de muitos sobre ser a laranja uma “fruta saborosa”, mas “dentre o povo, poucos são (...) os que sabem das suas grandes qualidades alimentares”. A palestra lhe valeu, entre outros reconhecimentos, um telegrama de felicitações do chefe de gabinete do Ministério da Agricultura e a publicação de um livreto no qual se transcreveu o texto lido na rádio. A primeira edição dos livretos esgotou-se rapidamente e outros 10 mil exemplares foram impressos e distribuídos em todo o país. Notícia dando conta disso foi publicada, entre outros, no *Jornal do Comércio*, no *Correio Paulistano*, no *Jornal da Manhã*, no *Diário de São Paulo*, (editados em São Paulo) no *Correio Português* (na cidade do Rio de Janeiro) e n’*O Estado* (em Niterói, estado do Rio de Janeiro) de 14 jul.1940⁶.

Na relação dos motivos não-excludentes da militância de Paula Souza em prol da melhoria da alimentação popular contava-se a iniciativa própria, a inserção do tema entre suas atribuições como diretor da Faculdade de Higiene e Saúde Pública e o vínculo com o Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)⁷.

No que se refere à alimentação racional, os textos de divulgação, os artigos em jornais e revista e as matérias em emissoras de rádio cumpriam um papel basal, sendo Paula Souza um intelectual que transitava bem por todos esses canais. Sua visão acerca das iniciativas do IDORT corroboravam os princípios que norteavam a atuação daquela instituição, principalmente no que se refere à criação de “uma atmosfera feliz de ampla

cooperação” com vistas à solução “dos problemas vitais para a nacionalidade”, como ele afirmou em um texto escrito para o *Diário da Noite* de 24 de setembro de 1940⁸.

Em 1940, Souza referia-se às “conferências constituintes do programa estabelecido pelo IDORT”, mais conhecidas como Jornada sobre Alimentação Racional. No âmbito daquela instituição, a Jornada sobre Alimentação (1940) fora precedida pela Jornada contra o Desperdício nos Transportes (1939) e, em seguida, foram realizadas jornadas sobre Habitação Econômica (1941), sobre Economia Rural (1942), sobre o Brasil no Pós-Guerra (1943-1944) e sobre Educação (1945-1946)⁹. A partir dessas conferências surgiu a idéia – nunca implementada em larga escala – de criação das *feijoarias*. Com base na experiência de um inquérito sobre a alimentação popular aplicado entre 1932/33 nos bairros paulistanos de Pinheiros e Cerqueira César, Souza explicava que o preparo do feijão requeria um tempo longo, maior do que todos os demais alimentos de uma refeição juntos. Essa “soma de esforços e o dispêndio decorrente do preparo do feijão em cada família” poderia representar uma dificuldade para a ampliação no consumo desse valioso alimento. Por isso, o objetivo do IDORT era criar “cozinhas de bairro” destinadas exclusivamente ao preparo do feijão, que seria vendido pronto às famílias (experiência que, segundo o autor, já ocorria nos Estados Unidos)¹⁰.

Dois anos depois, Souza reforçava seu argumento em uma entrevista à Agência Nacional. Em sua opinião, as feijoarias trariam uma economia no consumo de combustíveis como gás, carvão e lenha, no contexto da Segunda Guerra Mundial e das dificuldades de abastecimento sentidas no Brasil daquele período. Além disso, o autor fazia uma analogia com o circuito de produção e venda do pão: se, no passado, esse era um alimento feito em casa, as transformações nos hábitos e na produção permitiram que o pão fosse vendido nas padarias e, com isso, as mulheres ficaram liberadas desse trabalho que requeria longo tempo e dedicação no preparo. O preparo e a compra fora do lar possibilitaram a realização de experiências com novos ingredientes na misturas – sendo o caso clássico, mas não único, o do Pão de Guerra. Em 1943, Paula Souza, Moura Campos, Fonseca Ribeiro, Orsini e Ulhôa Cintra constituiriam a *Comissão do Pão de Guerra dos Fundos Universitários*, sugerindo e vendo aprovada uma mistura contendo farinha de trigo, leite em pó e fosfato tricálcico, entre outros ingredientes, que “panificou bem e houve aumento do valor nutritivo”¹¹. Diferentes misturas experimentais foram testadas no preparo do pão no contexto da Segunda Guerra

Mundial ou às suas vésperas, com ingredientes como a soja e outros¹². Com as feijoarias, esperava-se a ocorrência de algo semelhante:

“(...) o feijão, que em lugar de ser comprado como hoje, em pequenas parcelas, nem sempre com escolha e critérios devidos, preparado em pequenas porções, nem sempre pela melhor técnica, de consumir um tempo precioso das donas de casa ou cozinheiras e obrigar a um dispêndio de combustível geralmente muito superior ao que se tornaria indispensável para o preparo da mesma porção feita em maior escala, pudesse ser encontrado já pronto para ser servido, em nossa porta, ou ao nosso fácil alcance, em estabelecimentos localizados em vários pontos da cidade”¹³.

O objetivo era fazer das feijoarias os núcleos das almeçadas cozinhas distritais e, além dos membros do IDORT, a iniciativa contava com o apoio dos empresários reunidos na Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP). Em que pesem os esforços de Souza e o poder das instituições associadas à idéia, a experiência não teve o êxito esperado: a primeira feijoaria só seria implantada em São Paulo no final do ano de 1950, no então populoso bairro operário do Brás. A iniciativa fora implementada pelo Serviço Social da Indústria (SESI), na época em Souza ocupava a diretoria da Divisão de Assistência Social da entidade¹⁴. Quanto às cozinhas distritais, algumas foram instaladas pelo SESI na segunda metade da década de 1940, tendo uma delas, situada no Tatuapé, recebido o nome de Paula Souza¹⁵.

Thalino Botelho, um dos precursores no uso do termo “alimentação racional”, daria ênfase ao conceito em outras obras, publicadas nos anos 1950. Dividindo sua atenção entre temas fisiológicos da nutrição (como a ingestão de vitaminas, minerais e fontes de energia) e da educação alimentar, Botelho previa formas de instituir dietas racionais para as diferentes fases da vida e para grupos diversos: grávidas, nutrízes, recém-nascidos, lactentes, pré-escolares, escolares, adolescentes, adultos, velhos e coletividades¹⁶.

No caso de São Paulo, as experiências educacionais na área de higiene e, particularmente, de alimentação, iniciadas nos anos 1920, persistiam nas décadas seguintes. Essas experiências tiveram um aporte significativo com a criação e expansão da rede de parques infantis na capital – projeto idealizado por Mário de Andrade enquanto esteve à testa do Departamento de Cultura do município.

De 1935 até a década de 1950, a Prefeitura de São Paulo investiu recursos públicos na implantação dos parques infantis. A princípio, a alimentação era um item que surgia timidamente no programa de ação dos parques: na propaganda oficial, o prefeito Fábio da Silva Prado podia orgulhar-se de distribuir frutas e 140 litros diários de leite, que “têm

trazido real proveito aos pequenos anêmicos e desnutridos” freqüentadores dos seis parques existentes em sua gestão, entre 1934 e 38¹⁷.

Se a oferta de alimentos no ambiente escolar não ganhara ainda a dimensão que tomaria décadas depois, a educação alimentar cumpria parte do programa de instituição da “alimentação racional”. A educadora sanitária Clorinda Guttilla relatou a experiência do trabalho de “educação higiênica-alimentar” realizada ao longo de uma semana com crianças que ingressavam no Parque Infantil do Ipiranga, em abril de 1945. Logo no primeiro dia, ela contou às crianças uma “historieta sobre deficiências vitamínicas”, que reproduzimos a seguir:

“Era uma vez três irmãozinhos chamados Maria, Amélia e José. Todos três eram muito doentes e por mais que sua mãe insistisse não tinham vontade de comer, nem de brincar.

Maria, a mais velha, era muito pequena para a sua idade e era feinha porque tinha uma doença nos olhos – úlcera da córnea (...). Amélia, a do meio, também era feia, porque era muito pálida, e além disso tinha sempre dor de dentes e suas gengivas estavam sempre inflamadas e sangrando. José era o menor, muito fraco, tinha uns braços muito finos, barriga grande e as perninhas eram tortas, razão porque caía a todo o instante (...).

Um dia, quando menos esperavam, aconteceu uma coisa formidável, fantástica. Sabem o que foi? As crianças viram lá no horizonte uma coisa luminosa, como uma estrela, que se aproximava, e quanto mais perto das crianças, maior ela ficava. Os meninos ficaram pasmos, boquiabertos, com os olhos deste tamanho, olhando para aquela maravilha. E a ‘visão’, quando estava bem perto, disse:

- Maria, Amélia, José, ouçam bem o que eu vou falar e prestem bastante atenção: eu sou a Saúde. Maria, se quiser crescer, curar essa doença que tem nos olhos; se você, Amélia, quiser ficar corada, nunca mais ter dor de dentes, nem gengivas inflamadas e sangrentas; se você, José, quiser ficar forte, endireitar as pernas e poder correr bastante, precisam fazer o que eu disser: todos os dias vocês devem comer muitas frutas, muita verdura, bastante leite. Ovos, laranja, limão, abacate, tomate, milho, aveia, agrião, abacaxi, cenoura, manteiga, fígado, carne, alface, abóbora, pimentão, devem comer sempre. Se fizerem o que lhes disse, vocês ficarão fortes, grandes, vivos, inteligentes, bonitos, assim como eu.

E a ‘visão’ desapareceu...

Os três irmãozinhos, quando voltaram a si do espanto, foram depressa contar à sua mãe o que lhes tinha acontecido:

A mãe, como era mulher inteligente, resolveu seguir os conselhos daquele aviso do céu, e durante uma porção de dias as crianças comeram bastante laranjas, bananas, mamão, abacaxi, alface, cenoura; muito leite, queijo, carne, manteiga e fígado.

Logo, eles começaram a melhorar e a mãe resolveu perguntar a um médico o que havia de milagroso em tais alimentos. Ele explicou que era uma substância (...) que não vemos mas sem a qual não podemos viver. É como um “remédio” e muito fácil de tomar, pois nem sentimos o seu gosto. Essa substância (...) é chamada VITAMINA e pode apresentar várias espécies (...).

- Alguém é capaz de viver sem ar?

- Não.

- E você vê o ar?

- Mas o ar existe. (...). Assim, também as VITAMINAS: nós não as vemos, mas se não as comermos podemos ficar doentes. Ninguém gosta de ficar doente. Todos devemos ser fortes, devemos ter disposição para comer, brincar, estudar e trabalhar. Todos nós queremos e devemos ser como aquela visão que apareceu para os três irmãozinhos: o retrato da Saúde”¹⁸.

Guttilla prosseguiu seu trabalho ao longo daquela semana ensinando as crianças a fazer sucos de frutas misturadas, conduzindo jogos e outras atividades lúdicas como recortes e colagens. Certamente, suas intenções eram as melhores, ao mesmo tempo em que revelam o papel da formação na atuação das educadoras sanitárias – objeto de estudos de Santos e Rocha¹⁹.

Destaco a semelhança formal entre essa narrativa e os contos de fadas que, muito provavelmente, faziam parte do universo daquelas crianças, se em casa os pais tivessem o hábito de ler histórias para elas – já que se tratavam de crianças ainda não alfabetizadas. Iniciando com o clássico “era uma vez”, a historieta apresentava a Saúde como uma visão altamente espiritualista (um “aviso do céu”), mas, ainda assim, portadora de um discurso científico enunciado numa linguagem compreensível aos meninos e às meninas.

Todas as recomendações eram corretas do ponto de vista nutricional e podem nos parecer, hoje, lugares-comuns. Mas não deveriam ser conselhos que traduzissem conhecimentos disseminados na década de 1940. Afinal, a mãe das crianças, qualificada de “mulher inteligente”, só resolveu seguir tais conselhos após o relato da aparição. A “inteligência” da personagem representante do modelo materno, neste caso, não derivava de conhecimentos adquiridos, mas sim da aceitação em mudar hábitos arraigados e nocivos. Essa mudança de postura pode ser entendida como um sinal de que, com a educação sanitária escolar, as crianças recebiam orientações para criar bons hábitos ao longo da vida, mas a pretensão de atingir o público adulto mantinha-se como prioridade. A Saúde fantasmagórica trazia uma mensagem sobre a importância das vitaminas, mas esse conhecimento tinha que ser confirmado pela voz gabaritada do médico, que deu ares terrenos à visão de crianças pobres, famintas e doentes.

A historieta tinha vários pontos obscuros que podiam escapar à compreensão infantil, mas lidava com a intuição e tinha um sentido educativo explícito. Leitores adultos podem perguntar: por que, sendo filhos de uma mãe inteligente, as crianças só passaram a comer corretamente depois da aparição? Fico tentado a sugerir que a resposta estava em outras esferas, não solucionáveis pela educação sanitária: o preço dos alimentos e a renda das famílias, principalmente daquelas cujos filhos estudavam nos parques infantis mantidos pela prefeitura paulistana.

A desequilibrada distribuição de renda certamente não era um traço exclusivo de São Paulo, sendo esse um assunto discutido em diferentes instâncias e por autores de posicionamentos diversos. Na época em que a experiência do Parque Infantil do Ipiranga foi

relatada, os paulistanos (e muitos brasileiros que viviam nas cidades) ainda sentiam os efeitos da carestia, fruto das dificuldades de abastecimento ocorridas na Segunda Guerra Mundial.

Notas

¹ Professor adjunto de História do Brasil na Universidade Federal de São Paulo. O trabalho, fruto de atividades de pós-doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP, contou com apoio financeiro da FAPESP, por meio de bolsa concedida entre junho de 2005 e setembro de 2006.

² Lima, Eronides da S. *Mal de fome e não de raça: gênese, constituição e ação política da educação alimentar – Brasil, 1934-1946* (Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000).

³ Arquivo Geraldo Horácio de Paula Souza, Centro de Memória da Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (doravante AGHPS), documento PI 1942.7, 17 set.1942.

⁴ Veloso, Cleto. *Alimentação: o problema da alimentação encarado do ponto de vista fisiológico, higiênico, dietético e social*. (Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1940, 24-25).

⁵ Botelho, Thalino. *Os pequenos fundamentos da boa alimentação*. (Rio de Janeiro: Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, 1938, 8-9).

⁶ AGHPS, documentos PI 140.1 (texto de palestra na *Rádio Educadora Paulista*, 16 abr.1940), CO 1940.4 (telegrama de Sampaio Arruda a Paula Souza, 19 abr.1940), CO 1940.7.1A e CO 1940.7.1B (ofício de Mario Vilhena, secretário do Serviço de Publicidade Agrícola do Ministério da Agricultura ao Paula Souza, 17 jul.1940, e resposta de Paula Souza, 24 jul.1940).

⁷ Antonacci, Maria Antonieta M. *A vitória da razão(?): o IDORT e a sociedade paulista*. (São Paulo, CNPq/Marco Zero, 1993).

⁸ AGHPS, documento PI 1940.3, fl. 1.

⁹ Ibanhez, Lauro César. *O discurso político-ideológico e o projeto racionalizador do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) na década de 1930*. (São Carlos: UFSCAR, 1992).

¹⁰ AGHPS, documento PI 1940.3, fl. 2.

¹¹ Campos, Franklin A. de Moura. *Problemas brasileiros de alimentação*. (Rio de Janeiro, SAPS, 1949, 160-166).

¹² Silva, Benedito B. da. *A soja: sua importância na alimentação, seu emprego no pão*. (São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1941); Zalecki, Gustavo. “O problema da carestia do pão em São Paulo” *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* 44 (fev.1938): 5-113.

¹³ “Feijoarias”, entrevista concedida à Agência Nacional em 24 de maio de 1942. AGHPS, documento PI 1942.4A, fl. 1.

¹⁴ *Ibidem*, fl. 3; “A primeira feijoaria a ser instalada pelo SESI no Brasil” (*Diário de São Paulo*, 25 nov.1950)”.

¹⁵ Vicentini, Paula Perin. “Celebração e visibilidade: o *Dia do Professor* e diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-63)”, <http://www.anped.org.br/26/trabalhos/paulaperinvicentni.rtf>, acessado em 2 mar.2006; AGHPS, documentos HO 1951.43 e HO 1953.2.

¹⁶ Botelho, Thalino. *Acesso à alimentação racional*. (2ª ed., Rio de Janeiro: s/e, 1955).

¹⁷ *Parques infantis*. (São Paulo: Gráfica da Prefeitura, s/d).

¹⁸ Gutilla, Clorinda. “Sobre um ‘test’ de alimentação aplicado às crianças do Parque Infantil do Ipiranga” *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* 56 (mar./abr.1946): 102-103.

¹⁹ Santos, Maria Walburga dos. *Educadoras de parques infantis em São Paulo: aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955*. (São Paulo, FEUSP, 2005) e Rocha, Heloísa Helena Pimenta. *A higienização dos costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo - 1918/1925*. (Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 2003).